

“Não podemos criar amarras”

Reitor quer superação de entraves burocráticos e ideológicos para estimular parcerias com a UFSC

FABIO GADOTTI
fabio.gadotti@noticiasdodia.com.br

No cargo há sete meses, o reitor Cao Cancellier, 59 anos, desempenhou papel central no processo de mediação que levou à desocupação pacífica de quatro centros do campus da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) no mês passado. Os estudantes protestavam contra a PEC 55, que prevê um teto para os gastos públicos, e também contra o governo Michel Temer. Nesta entrevista, Cancellier fala sobre a estratégia adotada para contornar a situação, que se revelou bem-sucedida, a situação financeira da universidade, a infraestrutura atual e os próximos investimentos previstos. “A parte de obras é a pior de todas. Não vamos poder fazer grandes investimentos”, afirma o reitor, ao projetar o panorama para os anos de 2017 e 2018. ●



A força, a violência, não é o melhor exemplo que a universidade pode dar. É uma instituição de ensino que preza pela palavra e pela conversa.”



DIVULGAÇÃO/ND



Cao Cancellier liderou a tensa mediação que resultou na desocupação dos centros

CAO CANCELLIER ■ reitor da UFSC

Qual o saldo do processo de ocupações e da mediação feita pela reitoria?

A ocupação é uma novidade do movimento social. Tivemos quatro grandes centros ocupados e tínhamos muita gente pedindo uma ação de reintegração que tem, ao final, execução forçada e o uso da força policial. Optamos por um caminho diverso, que foi a negociação ampla com os ocupantes e também com aqueles que tinham um movimento antiocupação. Isso foi bem claro aqui na universidade: tinha o movimento que efetivou a ocupação e outro que era contra, porque achava que o direito de ir e vir e o acesso às salas de aula e laboratórios estava prejudicado. Foi uma boa experiência, porque não nos afastamos em nenhum momento dessa linha. O MPF e os diretores dos centros nos ajudaram e fizemos um acordo que levantou a desocupação.

O episódio de violência no CSE serviu para uma reflexão sobre a universidade como um ambiente essencialmente democrático e tolerante?

Sim, porque expôs uma situação. Todo o processo de conversação e negociação pressupõe um diálogo, uma conversa com o divergente. Se você se

afasta dessa possibilidade, o que resta? A força, a violência. E, decididamente, não é o caminho que buscamos. E não é o melhor exemplo que a universidade pode dar. É uma instituição de ensino que preza pela palavra e pela conversa. Aquele episódio no Centro Socioeconômico foi emblemático porque no CFH e CCE as atividades estavam paralisadas. Mas no CSE o direito de ir e vir estava garantido. Havia um protesto, com as atividades correndo. Isso fez com que as pessoas tivessem contato e foi traumático porque as pessoas – e vale para ambos os lados – não souberam por um determinado instante fazer a convivência pacífica. E isso alertou todo mundo, professores, estudantes e o MPF.

A reitoria sempre destacou a importância de preservação da autonomia dos centros nesse processo, não é?

Sim. Os centros têm autonomia para tratar da gestão patrimonial, e os cursos e departamentos têm autonomia para realizar as atividades acadêmicas, pedagógicas. O espaço patrimonial, a guarda, é das direções dos centros. A reitoria não podia fazer nada que não fosse em concordância com as direções dos centros.

Essa foi a primeira premissa: estamos todos juntos, a solução vai ser combinada entre centros e reitoria. E isso estabeleceu uma trilha, demarcou nossa linha de atuação. Cada direção passou a negociar com os comandos locais das ocupações. O resultado demonstrou o acerto da nossa estratégia, que foi a solução negociada do conflito, sem necessidade da ação de reintegração e da força policial.

A universidade já conseguiu contornar a crise financeira?

Em maio, quando assumimos, tínhamos uma dívida com fornecedores e com a Celesc. Para se ter uma ideia, quitamos R\$ 8,5 milhões com a Celesc e pagamos de juros e multa mais R\$ 700 mil. Com os fornecedores, liquidamos, e conseguimos do MEC (Ministério da Educação) uma regularização dos pagamentos. Todo mês o ministério passou a nos pagar aquilo que tínhamos liquidado junto aos fornecedores. Chegamos em 2 de dezembro com todas as pendências liquidadas. Do ponto de vista financeiro, conseguimos reconhecer e pagar as dívidas e equilibrar o orçamento. É um bom caso de como fazer a gestão, mas só foi possível porque o ministério honrou os seus compromissos.

E como está a infraestrutura da UFSC?

Na parte de professores, temos a necessidade de algo em torno de 250 novos profissionais para substituir os que se aposentam, se afastam e os casos de mortes. Em termos de técnicos, fizemos um concurso e estão ingressando 180 novos servidores. Isso dá uma folga. Em relação aos professores, é mais difícil porque não há perspectiva de abrir concurso em 2017 e 2018. É um quadro mais complicado. A parte de obras é a pior de todas. Estamos já há dois ou três anos com um orçamento contingenciado. Provavelmente o orçamento do ano que vem vai girar em torno de R\$ 20 a R\$ 30 milhões para obras. Não vamos poder fazer grandes investimentos nesse período.

Como aproximar mais a UFSC dos demais setores da sociedade?

Nosso potencial é gigantesco, temos 115 cursos. Podemos fazer qualquer coisa, para a indústria, comércio, agricultura e para o setor público. Temos o *know how*, o que tem que fazer é desamarrar. Se alguém quer trabalhar com pesquisa e extensão na universidade, não podemos criar dificuldades, amarras burocráticas ou ideológicas.

